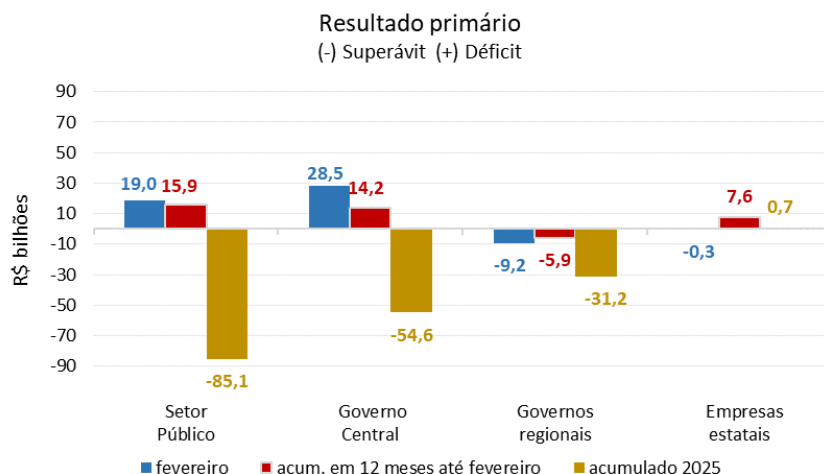


Estatísticas Fiscais

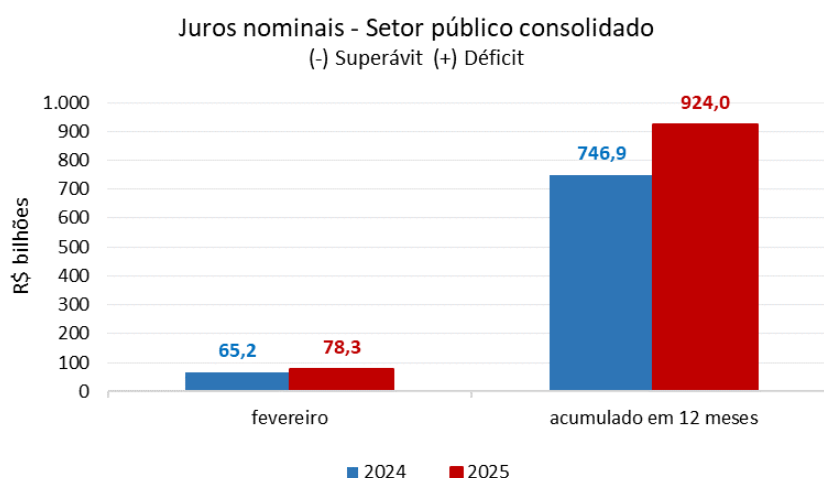
Nota para a Imprensa

8.4.2025

1. Resultados fiscais



O resultado primário do setor público consolidado foi deficitário em R\$19,0 bilhões em fevereiro, ante déficit de R\$48,7 bilhões no mesmo mês de 2024. O Governo Central registrou déficit de R\$28,5 bilhões, e os governos regionais e as empresas estatais, superávits respectivos de R\$9,2 bilhões e de R\$299 milhões. Em doze meses, o setor público consolidado acumula déficit de R\$15,9 bilhões, equivalente a 0,13% do PIB e 0,25 p.p. do PIB inferior ao déficit acumulado até janeiro.

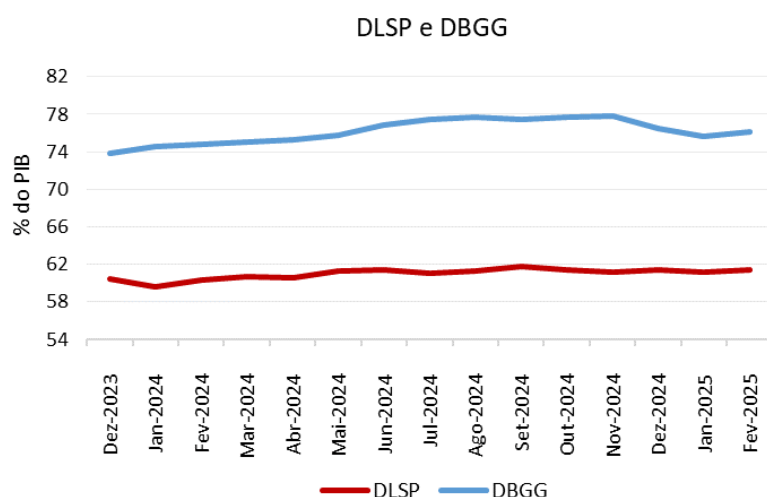


Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram R\$78,3 bilhões em fevereiro de 2025, comparativamente a R\$65,2 bilhões em fevereiro de 2024. Contribuíram para essa evolução o aumento da taxa Selic, o maior número de dias úteis (+1) e o próprio crescimento da dívida no período. No acumulado em doze meses, os juros nominais alcançaram R\$924,0 bilhões (7,78% do PIB) em fevereiro deste ano, comparativamente a R\$746,9 bilhões (6,74% do PIB) nos doze meses até fevereiro de 2024.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$97,2 bilhões em fevereiro. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$939,8 bilhões (7,91% do PIB), ante déficit nominal de R\$956,5 bilhões (8,10% do PIB) em janeiro de 2025.

2. Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)

A DLSP atingiu 61,4% do PIB (R\$7,3 trilhões) em fevereiro, elevando-se 0,3 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu, sobretudo, os impactos dos juros nominais apropriados (aumento de 0,7 p.p.), do déficit primário (aumento de 0,2 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (redução de 0,2 p.p.) e do efeito da variação do PIB nominal (redução de 0,3 p.p.). No ano, a DLSP manteve-se praticamente estável como percentual do PIB (61,5% em dezembro de 2024), refletindo, em especial, os impactos dos juros nominais (aumento de 1,0 p.p.), do efeito da valorização cambial de 5,5% acumulada no ano (aumento de 0,7 p.p.), do superávit primário acumulado (redução de 0,7 p.p.), do crescimento do PIB nominal (redução de 0,7 p.p.) e dos demais ajustes da dívida externa líquida (redução de 0,3 p.p.).



A DBGG – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 76,2% do PIB (R\$9,0 trilhões) em fevereiro de 2025, aumento de 0,5 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. Essa evolução no mês decorreu, principalmente, do efeito dos juros nominais

apropriados (aumento de 0,7 p.p.), da emissão líquida de dívida (aumento de 0,1 p.p.), e da variação do PIB nominal (redução de 0,4 p.p.). No ano, a redução de 0,3 p.p. do PIB decorre principalmente do crescimento do PIB nominal (redução de 0,9 p.p.), dos resgates líquidos de dívida (redução de 0,7 p.p.), do efeito da valorização cambial (redução de 0,3 p.p.) e da incorporação de juros nominais (aumento de 1,5 p.p.).

3. Elasticidades da DLSP e da DBGG

A tabela a seguir atualiza as elasticidades da DLSP e da DBGG a variações na taxa de câmbio, na taxa de juros e nos índices de preços para o mês de fevereiro de 2025.

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-8,3	-0,07	11,1	0,09
Elevação de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	54,0	0,45	49,3	0,42
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-19,2	-0,16	-19,0	-0,16

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

4. Inclusão das estatísticas de DBGG – Conceito FMI na Tabela 17 da Nota para a Imprensa – Estatísticas Fiscais

Conforme havia sido informado em box no Relatório de Política Monetária de março de 2025¹, a Tabela 17 da Nota para a Imprensa – Estatísticas Fiscais passa a incluir a DBGG tanto na metodologia atual (DBGG - Conceito Bacen) quanto na metodologia utilizada até 2007 (DBGG - Conceito FMI). A diferença entre os dois conceitos, que corresponde ao montante dos títulos livres na carteira do BCB, também seguirá sendo explicitada na Tabela². Informações adicionais sobre os conceitos podem ser encontradas no box mencionado.

¹ Ver o box [Estoques de ativos e passivos públicos nas estatísticas macroeconômicas do setor fiscal](#).

² Ressalte-se que o cálculo do montante da carteira livre, para efeito da Lei nº 13.820, de 2019, é apresentado na Tabela 5 da [Nota para a Imprensa – Estatísticas do Mercado Aberto](#).